Rotary Clubs de Pato Branco | FURP

Fundação da Unidade Rotária de Pato Branco: FURP

FOTOS: FURP



Diretoria da FURP-2022

A Fundação da Unidade Rotária de Pato Branco, mais conhecida por FURP, foi instituída pelos Rotary Clubs de Pato Branco e Pato Branco-Sul, e a Associação de Senhoras de Rotarianos de Pato Branco (ASR), em 16 de novembro de 1989.

Sua instituição tem por objetivos: - Criar e estimular programas de assistência social no âmbito do município de Pato Branco; - Promover atividades e convênios de caráter assistencial, cultural e educacional diretamente ou através do apoio a outras entidades; - Consolidar o movimento rotário; e atender a outras finalidades que se harmonizem com o ideal de Rotary.

Após a data de instituição da FURP vários outros Rotary Clubs foram fundados em Pato Branco, todos estes tem o mesmo status de mantenedor da Fundação e podem utilizar os ambientes para realização de suas reuniões e atividades. Além dos Rotary Clubs, os Rotaract Clubs e Interact Clubs realizam suas reuniões no local.

Em 23 de julho de 2021 o companheiro Luciano Pedralli – Presidente do Rotary Club de Pato Branco-Sul, propôs que o auditório do piso superior fosse nomeado como Auditório Carlos Antônio de Almeida Ferreira, a proposta foi aceita por unanimidade dos Rotary Clubs de Pato Branco.

Atualmente, a FURP possui três ambientes para reuniões e atividades:

- Sala piso inferior com capacidade para 75 pessoas;
- Sala da secretaria com capacidade para 25 pessoas;
- Auditório Carlos Antônio de Almeida Ferreira para 235 pessoas.

A nova diretoria da FURP para o ano 2022, que está sob a presidência do Rotary Club de Pato Branco-Alvorecer na pessoa do companheiro Valdérico Dalla Costa, já está trabalhando com suas principais metas a adequação dos espaços da FURP, como melhorias na estrutura de acesso aos ambientes e readequação de banheiros entre outras medidas visando o conforto e bom uso dos ambientes.

Como a FURP se mantem com recursos oriundos de doações, em breve será realizado um leilão de fotos da cidade de Pato Branco, na época dos seus 50 anos. Estas fotos foram doadas por André Gustavo Guarienti Almeida Ferreira filho do eterno companheiro Carlos Antônio de Almeida Ferreira.

Para maiores informações a respeito da FURP é só contatar Almir (46) 999.086.049



Fotos de Pato Branco (50 anos) doadas para leilão

Executivo solicita crédito especial para retomada da construção do Teatro Municipal

ASSESSORIA/CMPB



O Projeto de Lei nº 69/2022 entrou na Câmara Municipal de Pato Branco nessa segunda-feira (30)

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Nessa segunda-feira (30), entrou em regime de urgência, na Câmara Municipal de Pato Branco, o Projeto de Lei nº 69, de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que solicita autorização para abertura de crédito especial no orçamento, no valor de R$ 2.188.242,90, para trâmites de continuidade do processo de construção do novo Teatro Municipal Naura Rigon.

Segundo o projeto serão utilizados recursos provenientes de saldo do superávit financeiro do exercício de 2021 [Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados de outras áreas – R$ 145.914,84] e de excesso de arrecadação do exercício de 2022 [Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados de outras áreas – R$ 2.042.328,06], junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

"O valor de R$ 1.972.328,06 corresponde ao excesso de arrecadação da referida Fonte de Recurso, em decorrência da rescisão do Contrato nº 157/2020, firmado entre o Município e a Empresa PGC Engenharia de Obras Ltda, que tinha como objeto a construção da primeira etapa do novo Teatro Municipal Naura Rigon. Por solicitação da empresa, o contrato foi rescindido amigavelmente e, como consequência, foi cancelado o empenho que se encontrava inscrito em restos a pagar, conforme empenho anulado anexo. Já o valor de R$ 70 mil corresponde aos rendimentos do recurso que se encontra em conta aplicação. Cabe ressaltar que os recursos da Fonte 514 [Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados de Outras Áreas (Livres) – Saldo da Fonte: 2.118.242,90, Passivo Financeiro: R$ 1.972.328,06, Superávit Financeiro: R$ 145.914,84] dizem respeito ao valor do sinistro do Teatro Municipal, o qual foi recebido pelo Município em 31 de outubro de 2018, acrescido dos rendimentos da aplicação financeira", explica o documento.

Segundo o projeto, "com a rescisão do contrato, os recursos serão destinados ao novo processo licitatório para execução dos serviços remanescentes da construção da primeira etapa do novo Teatro Municipal Naura Rigon. Considerando que a obra se encontra parada há meses e que o abandono do imóvel pela empresa contratada tem gerado diversos transtornos, como a necessidade de limpeza periódica do local para evitar o acúmulo de sujeira e água parada, e considerando o anseio da comunidade pela construção do novo Teatro Municipal, solicitamos a aprovação do Projeto de Lei em regime de urgência".

Após ter dado entrada no Legislativo e aceito em plenário pelos parlamentares, o Projeto de Lei nº 69, de 2022, de autoria do Executivo, seguirá os trâmites legais na Casa de Leis, indo para análise das comissões, em regime de urgência.

Parlamentares questionam secretário da Fazenda sobre situação financeira do Estado

Alep

Deputados estaduais paranaenses questionaram nessa segunda-feira (30) o secretário de Estado da Fazenda, Renê Garcia Junior, sobre detalhes de investimentos, benefícios fiscais, distribuição de arrecadação das receitas, além de despesas e resultados referentes à contabilidade do Estado. O debate ocorreu na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) durante a audiência pública referente aos resultados contábeis do Estado referentes ao 1º quadrimestre de 2022.

Um dos temas abordados pelos parlamentares foi em relação aos benefícios fiscais concedidos a determinados setores da economia paranaense. Na visão do líder da Oposição, deputado Arilson Chiorato (PT), há uma falta de clareza na divulgação das empresas beneficiadas com isenção de impostos. "Não somos contra a renúncia, sou contra a forma não transparente como ela é tratada no Estado. Ela não traz todos os dados", disse. Segundo o secretário, a maioria da renúncia fiscal é concedida para empresas do setor de alimentos. De acordo com ele, vários segmentos, como o do leite e carne, recebem a renúncia. "Todos os benefícios são concedidos em uma guerra fiscal entre os estados. Lutamos para não perder competitividade no resto do País. Se reduzirmos os benefícios, as empresas deixam o Paraná e vão para o vizinho", explicou.

Já o líder do Governo, deputado Marcel Micheletto (PL), elogiou a gestão da Rênе Garcia a frente da pasta. "A condução do secretário tem dado equilíbrio e tornado o Paraná um exemplo na questão fiscal. Ele tem conduzido com muita responsabilidade a Secretaria da Fazenda. O Estado do Paraná tem gerado renda e riqueza, aquecendo nossa economia. Temos questões macroeconômicas que dificultam a condução, mas vemos que o Paraná está no caminho certo", disse.

Na leitura do deputado Professor Lemos (PT), o Executivo Estadual vai arrecadar mais em 2022 do que previsto. Para ele, isso permite que o Governo trate da reposição salarial dos servidores. Segundo Renê Garcia, há uma falsa noção de que a situação é boa. "As despesas têm crescido, como os gastos com a Covid. Este ano temos também uma despesa adicional, que é a manutenção das estradas".

Legislativo aprova crédito para aquisição de terreno para o Parque Industrial

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

ASSESSORIA/CMPB



Na sessão de segunda-feira (30) foram aprovadas aberturas de crédito especial, ampliação de cargos e contração por meio de PSS

Na sessão ordinária de segunda-feira (30), a Câmara Municipal de Pato Branco aprovou, em primeira votação, o Projeto de Lei nº 46, de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza a abertura de crédito especial, no valor de R$ 3.599.999,98.

O recurso será utilizado para o pagamento de indenização de imóvel destinado à implantação do Parque Industrial do Município de Pato Branco. De acordo com o Projeto, "o imóvel corresponde a uma área total de 387.200,00m², avaliado em R$ 7 milhões e 350 mil. Com isso, o pagamento será efetuado da seguinte forma: entrada de R$ 2 milhões e 350 mil e o restante em 24 parcelas mensais fixas de R$ 208.333,33". O Projeto foi aprovado com a Emenda nº 16, de 2022.

Engenheiro civil

Também foi aprovado em primeira votação o Projeto de Lei nº 55, de 2022, de autoria do Executivo, que amplia de seis para oito o número de vagas do cargo de Engenheiro Civil. Junto com ele foi aprovado, também em primeira votação e de autoria do Executivo, o Projeto de Lei nº 56, de 2022, que autoriza a contratação temporária, em caráter emergencial, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), de profissionais para o exercício de emprego público de Engenheiro Civil. Atualmente, duas vagas estavam em aberto e, com o aumento das vagas, pelo PSS, serão ofertadas quatro vagas para o cargo.

Psicólogas e assistentes sociais

Ainda foi aprovado, também em primeira votação e de autoria do Executivo, o Projeto de Lei nº 47, de 2022, que autoriza abertura de crédito especial no valor de R$ 200 mil, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O valor será utilizado "na contratação de psicólogas e assistentes sociais para atuar nas escolas municipais, melhorando a qualidade do processo de ensino-aprendizagem com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.935, de 11 de 2019".

Melhorias de infraestrutura

Na sessão, ainda foi aprovado em primeira votação, o Projeto de Lei nº 48, de 2022, de autoria do Executivo, que autoriza abertura de crédito especial no valor de R$ 16 mil. O recurso, recebido por meio das Resoluções nº 1016, de 12 de novembro de 2021, e nº 1036, de 2 de dezembro de 2021, da Secretaria do Estado da Saúde do Paraná (Sesa), será utilizado em melhorias de infraestrutura da assistência farmacêutica municipal.

Audiência Pública com ucranianos

No dia 11 de junho (sábado), às 9h30, na sede da Câmara Municipal de Pato Branco, o Poder Legislativo vai realizar uma Audiência Pública com "relatos de vivências do diplomata ucraniano, ex-embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostyslav Tronenko, e de sua esposa, Fabiana Tronenko, na guerra entre Rússia e Ucrânia".

Segundo a assessoria, a Audiência Pública será transmitida pelos canais oficiais da Câmara Municipal de Pato Branco e todas as perguntas realizadas serão encaminhadas para serem respondidas pelos presentes.

Os canais para acesso são: www.facebook.com/camarapb, www.youtube.com/camarapb e www.patobranco.pr.leg.br.

O Legislativo orienta ainda que em virtude do espaço limitado, os interessados em participar presencialmente da Audiência devem confirmar presença antecipadamente pelo e-mail: jornalismo@patobranco.pr.leg.br.

Sem consenso e quórum, votação da reforma tributária é adiada na CCJ

Agência Senado

A falta de quórum impossibilitou novamente a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, referente à reforma tributária, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nessa terça-feira (31). Diante da presença de apenas 13 senadores (são necessários no mínimo 14 para deliberação), o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP), cancelou a reunião.

A matéria já recebeu 252 emendas, das quais quase 70 foram acatadas, mas ainda não há consenso entre os membros da CCJ para sua análise. Relator da matéria, o senador Roberto Rocha (PTB-MA) mostrou-se indignado com o novo adiamento da votação e disse não entender o porquê do "boicote".

"Ao longo desses últimos três anos conseguimos construir o texto que mais avançou até hoje no que diz respeito a reforma tributária. Estamos tratando de uma reforma na base consumo, não estamos tratando da base renda, nem patrimônio. Ou seja, é a base onde está a maioria da população brasileira, sobretudo a mais pobre", afirmou Rocha.

A PEC 110 tem como diretriz principal a instituição de um modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA). O IVA Subnacional será composto pelo Imposto de Bens e Serviços (IBS) — resultado da fusão do ICMS (imposto estadual) e do ISS (imposto municipal) — para estados e municípios. Na outra frente, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) unifica tributos federais (IPI, Cofins e Cofins-Importação, PIS e Cide-Combustíveis) arrecadados pela União e formará o IVA Federal.

O relator pontuou ainda que a base consumo — onde estão ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — é que gera impostos indiretos, os quais classificou como "os mais severos do planeta".

"No país, quem mais paga imposto, proporcionalmente, é o pobre. Não é o rico. Nessa proposta, por exemplo, estamos incluindo para pagar IPVA, avião, helicóptero e iate. Porque, no Brasil, só paga o IPVA carro e moto. Não é justo. E isso fere interesses. E interesses de quem? Há interesses fortíssimos que há 50 anos trabalham nesse país para termos um pandemônio tributário. Pouquíssimo ganham muito dinheiro com isso", afirmou Rocha.



